



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL X FORMAÇÃO EM ENGENHARIA – ESTUDO NO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA UFPB E O CONTEXTO DA HABITAÇÃO EM JOÃO PESSOA/PB.

Área Temática: Universidade, Políticas Públicas e Desenvolvimento

Robson A. dos Santos¹, Ana C. Taigy², Jéssika E. M. Cahino³, Cinthya S. da Silva⁴, Renata A. dos Santos⁵

1 Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campus I – robson.arrudas@gmail.com

2 Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campus I – ttaigy@ct.ufpb.br

3 Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campus I – jessika_mendess@hotmail.com

4 Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campus I – cinthya.s.s@hotmail.com

5 Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, CFP - Cajazeiras – renataarrudacz@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa a relação entre a formação do profissional em engenharia e sua atuação como projetista/executor de projetos de habitação de interesse social. Foi usado como referência o curso de Engenharia Civil da Universidade Federal da Paraíba/UFPB e sua inserção no contexto da habitação social em João Pessoa/PB. A pesquisa consiste na análise dos componentes curriculares do curso de Engenharia Civil da UFPB à luz das necessidades demandadas do profissional que atua na elaboração e execução de projetos de habitação popular. As informações acerca da política de habitação social em João Pessoa/PB foram obtidas através de entrevista com o engenheiro responsável pela Secretaria Municipal de Habitação Social (SEM HAB) da cidade, onde foi traçado um perfil de competências da equipe executora dos projetos da referida secretaria. Com o resultado das informações da SEM HAB, foi direcionada a análise dos componentes curriculares do curso de engenharia em referência, que teve reformulação em 2006, pela Resolução 15/06 do CONSEPE. Verificou-se que o curso oferece praticamente o conteúdo básico utilizado nesta atividade. No entanto, ainda existem lacunas no curso em relação às áreas de ciências sociais e humanidades. Identificou-se ainda a necessidade de se ampliar o leque de disciplinas optativas que permitam uma maior flexibilidade e adequação dos estudos do aluno a demanda local, como exemplo, a oferta de disciplinas relacionadas com legislação ambiental e programas habitacionais.

Palavras-chave: Habitação Social; Engenharia Civil; Educação em Engenharia.

1 Introdução

O município de João Pessoa em termos quantitativos conta com um déficit aproximado de 23.000 (vinte e três mil) unidades habitacionais, segundo os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000. Gomes (2007) comenta que quando se analisa o déficit sob o prisma de habitações sem infraestrutura adequada, em adensamento populacional excessivo e com questões fundiárias inapropriadas, o número sobe para 90.759 (noventa mil, setecentos e cinquenta e nove) unidades habitacionais, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Habitação Social (SEM HAB) referente ao ano de 2007.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Com o fim de minimizar tal problema, o Governo Municipal vigente, ao operacionalizar a política habitacional de caráter social para populações de baixa renda, criou mediante edição de medida provisória a Secretaria Municipal de Habitação Social. Entre outras funções, este Órgão tem como principal atribuição planejar, acompanhar e desenvolver os programas e projetos do Governo Municipal, relativos às atividades de habitação, bem como elaborar e implantar os projetos e obras de urbanização de Zonas Especiais de Interesse Social, construir conjuntos habitacionais de interesse social, promover a melhoria de unidades habitacionais e reassentamentos de moradores de áreas de risco.

A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) está presente no Plano Diretor de João Pessoa vigente desde 1994, com projeto de atualização em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores. No Art. 33, seção II do referido plano, as ZEIS:

São aquelas destinadas primordialmente à produção, manutenção e à recuperação de habitações de interesse social e compreendem:

I – Terrenos públicos ou particulares ocupados por favelas ou por assentamentos assemelhados, em relação aos quais haja interesse público em se promover a urbanização ou a regularização jurídica da posse da terra [...].

Assim, apresenta-se nesse trabalho os procedimentos utilizados pela SEMHAB na concepção de projeto para habitação social na Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP. Discutem-se ainda as políticas habitacionais de caráter social para populações pobres no âmbito do município em foco, bem como as áreas de conhecimentos abrangidas pelo projeto que deverão ser objetos de estudos em projetos políticos pedagógicos para o ensino de educação em engenharia. Com esse fim, foram realizadas entrevistas junto à equipe técnica de projeto.

Para a análise das áreas de conhecimento da educação em engenharia utilizou-se como referência o Curso de Bacharelado em Engenharia Civil oferecido pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB, que foi criado pelo Decreto Presidencial n. 39.221, de 23 de maio de 1956, sendo reconhecido pelo Decreto Presidencial n.49.237, de 16 de novembro de 1960.

2 Habitação de interesse popular – definições e aspectos históricos

Para fins de pesquisa e implementação de projetos de habitação social é necessário conceituá-la, mas há uma variação de conceituação de um município para outro, uma vez que existem necessidades diferentes nas diversas regiões do país. Assim, habitação social no Brasil é definida segundo parâmetros determinados pela administração de cada município (GUIMARÃES, 2008).

O modelo atual de política de habitação social é resultado de uma incorporação de elementos constitutivos que têm suas raízes mais profundas estabelecidas em fins do século XIX. Remontam ao período final do Império as primeiras manifestações de preocupação com a problemática da habitação (TRIANA FILHO, 2006).

Vários motivos fizeram dos grandes centros urbanos receptores de migrantes oriundos do meio rural, principalmente a partir da crise do café (1874-75). Essa época marca a intensificação do fluxo de migrantes e ex-escravos, que servirão de mão-de-obra para a indústria, então emergente nas regiões urbanas (TRIANA FILHO, 2006). O efeito crescente dessa situação gerou um grande *déficit* habitacional em todo país.

A intensificação do fluxo migratório para os centros urbanos, reflexo da industrialização,



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

acarretou uma aglomeração de trabalhadores, que com suas famílias começaram a habitar em edificações com condições mínimas de conforto e higiene, provocando reflexos em sua saúde e urbanização das cidades.

A falta de moradia e a baixa renda dos trabalhadores, no contexto supracitado, fez com que edificassem diferentes tipos de estalagens, cortiços, habitações operárias, com qualidade comprometida pelo modo em que foram realizadas, de forma apressada e precária (BONDUKI, 1998).

Os cortiços caracterizam essa época, sendo retratado pelas artes plásticas e pela literatura, onde podemos citar a obra de Aluísio de Azevedo “O Cortiço”.

Como se vê hoje, os conjuntos habitacionais para população de baixa renda são construídos na periferia das cidades, longe do centróide urbano. Se forem seguidas as diretrizes de implantação dessas moradias, será oferecida uma boa rede de distribuição de energia, água potável, saneamento básico, transportes, etc. Assim, é garantido o desenvolvimento do local, mas em muitos casos se verifica que apenas são erguidas casas, com pouca infra-estrutura, marginalizando os moradores.

Podemos ver a origem dessa marginalização no movimento que chegou ao Brasil em meados do século XIX e início do século XX, com preocupação central na saúde. Suas propostas residiam na defesa da Saúde Pública, na Educação, e no ensino de novos hábitos. Convencionou-se chamá-lo de “movimento higienista” (SOARES, 1990).

Apoiado no movimento higienista, a elite da época, em um discurso de higiene, saúde e bem-estar físico, manifestava-se contra as formas de habitação precária da classe dominada, os cortiços e estalagens. Discutindo o ensaio “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, de Paulo César Garcez Marins, o autor descreve no trecho abaixo o pensamento da burguesia da época:

A ambição de arrancar do seio da capital as habitações e moradores indesejados pelas elites dirigentes começou a se materializar com as medidas visando à demolição dos numerosos cortiços e estalagens, espalhados por todas as freguesias centrais do Rio de Janeiro, o que se procedeu sob a legitimação conferida pelo sanitarismo. (MARINS, 1998, p.141)

A partir dessa análise se vê que a questão da habitação no Brasil não é uma discussão atual. Este trabalho enfatiza a importância que tem a concepção de um projeto de habitação popular sabendo da grande responsabilidade deste na regulação social, analisando a formação do profissional que o projeta e executa.

3 Políticas habitacionais de caráter social no âmbito da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB

Como foi mencionado anteriormente, a SEMHAB vem implantando a política do Governo Municipal na área social, com o apoio técnico e financeiro do Governo Federal, através de seguintes programas habitacionais, sob a tutela e operação da CEF - Caixa Econômica Federal.

- Programa Crédito Solidário

A CEF possui uma linha de crédito que conta com recursos do Fundo de Desenvolvimento



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Social (FDS), no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que viabiliza a moradia própria para pessoas de baixa renda organizadas por um Agente Organizador.

O empreendimento deve estar incluído na malha urbana e apresentar infra-estrutura básica de água, energia elétrica, acesso viário, soluções de esgoto sanitário e serviços públicos essenciais de transporte e coleta de lixo. Em se tratando de área rural, o empreendimento deve ser dotado de soluções para abastecimento de água potável, esgoto sanitário e via de acesso comum à área.

- Programa de Carta de Crédito – CCFGTS 460

A Carta de Crédito FGTS é uma linha de crédito que permite a formalização de parceria com entidades organizadoras no intuito de facilitar o acesso à casa própria para pessoas com renda familiar bruta de até R\$ 1.750,00.

- Programa de habitação de interesse social

O Programa Habitação de Interesse Social, por meio da Ação Apoio do Poder Público para Construção Habitacional para famílias de baixa renda, objetiva viabilizar o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos em localidades urbanas e rurais, visando a produção ou aquisição de unidades habitacionais e requalificação urbana. Esta última objetiva oferecer solução de moradia adequada a partir de intervenções voltadas ao melhor aproveitamento do espaço urbano, possibilitando a aquisição de imóveis para fins habitacionais e/ou a realização de obras e serviços voltados à modificação de uso e ocupação de imóveis, observada a legislação municipal, que resultem em lotes urbanizados ou unidades habitacionais.

- Programa de Arrendamento Residencial (PAR)

O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) é um programa do Ministério das Cidades operacionalizado pela CEF e financiado pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). O PAR tem como objetivo reduzir o déficit habitacional em municípios com mais de 100.000 habitantes, viabilizando imóveis residenciais para famílias com renda de até 6 salários mínimos.

- Programa habitar Brasil/ BID

Programa realizado com os recursos previstos no Contrato de Empréstimo 1126 OC/BR, firmado entre a União Federal e o BID. Tem como Órgão Gestor o Ministério das Cidades, sendo a CEF o agente financeiro, técnico e operacional e responsável pela implementação do programa. O Programa Habitar-Brasil/BID objetiva a promoção de intervenções em assentamentos subnormais, localizados em regiões metropolitanas, capitais de estado e aglomerações urbanas, por meio dos dois subprogramas descritos a seguir:

Desenvolvimento Institucional de Municípios / DI

Objetiva a criação, ampliação ou modernização da capacidade institucional dos municípios para atuar na melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda, por meio da criação ou aperfeiçoamento de instrumentos urbanísticos, institucionais e ambientais que permitam a regularização dos assentamentos subnormais, e da capacitação técnica das equipes da prefeitura que atuam no setor. Visa, ainda, propiciar condições para a ampliação da oferta de habitações de baixo custo e implantar estratégias de controle e desestímulo a ocupação



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

irregular de áreas.

Urbanização de Assentamentos Subnormais / UAS

Objetiva a implantação, de forma coordenada, de projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais, que compreendam a regularização fundiária e a implantação de infra-estrutura urbana e de recuperação ambiental nessas áreas, assegurando a efetiva mobilização e participação da comunidade na concepção e implantação dos projetos.

- Programa de subsídio a habitação de interesse social – PSH

O PSH é um programa cujo objetivo principal é subsidiar a produção de empreendimentos habitacionais para populações de baixa renda, nas formas de conjunto ou de unidades isoladas, contando com as modalidades:

CARTA DE CRÉDITO INDIVIDUAL - Concessão de financiamento, diretamente ao beneficiário final pessoa física, destinado à moradia própria, por meio do Programa Carta de Crédito FGTS / CCFGTS, conjugada com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social. É pessoal e intransferível;

FINANCIAMENTO DE IMÓVEIS NA PLANTA E/O EM CONSTRUÇÃO - Linha de crédito para produção de empreendimentos habitacionais, com financiamento direto às pessoas físicas.

Além desses programas, o Governo Municipal utiliza recursos próprios, obtidos de receitas tributárias ou taxas cobradas pela outorga onerosa, regulado pelo Decreto Governo de João Pessoa n.5.454, de 26 de setembro de 2005.

4 Desenvolvimento de projeto de habitação social pela PMPJ

A SEMHAB conta com uma equipe técnica que participa do desenvolvimento de projetos de habitação social formada por engenheiros civis, arquitetos e estagiários provenientes de cursos de graduação em engenharia, arquitetura ou tecnólogos. No decorrer do desenvolvimento do projeto, são levantadas e analisadas as condições sociais, ambientais e econômicas da região em que será implantado o empreendimento, sempre com o objetivo principal de melhorar a vida daquelas pessoas que residem em locais onde não existem as mínimas condições de moradia.

O primeiro procedimento de caráter social a ser tomado é a escolha da comunidade que se encontra em maior risco ou incidência de pobreza. Feito essa escolha, são realizados os cadastros técnicos, que trarão informações, desde o nome do morador (beneficiário), a quantas famílias habitam naquele local, qual a renda mensal, o que as pessoas fazem para sobreviverem economicamente, se existem portadores de necessidades especiais, entre outras informações.

Especialistas da Prefeitura de João Pessoa analisam o terreno, no que diz respeito à localidade, tamanho do lote, suas características, possibilidade de construção e se o terreno não está localizado em barreiras ou outras áreas de risco. Verificam-se, ainda, o estado físico da habitação anterior e as condições da rede viária e de transporte da região, bem como de coleta e transporte de lixo residencial.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Levantadas essas informações, a equipe técnica começa a por em prática o projeto de habitação, respeitando as restrições específicas do programa que vai custear o projeto, por exemplo, em relação ao *quantum* de recursos destinados, a infra-estrutura urbana e as necessidades dos futuros moradores.

Por fim, elabora-se o projeto executivo com o nível de detalhamento adequado, a fim de diminuir erros ou falhas na execução da obra. Segundo o engenheiro entrevistado, as dificuldades enfrentadas pela equipe de projeto se iniciam no momento em que a renda pra o projeto é atribuída. Em grande parte, a quantidade de dinheiro estabelecida não é suficiente pra atender a um número elevado de moradores.

Ainda segundo o engenheiro “Outro problema diz respeito à resistência das pessoas em se mudarem, talvez por terem pouca escolaridade e uma cultura de desconfiança às intervenções públicas, pois alguns se recusam ao benefício, temendo serem ‘jogados’ em locais impróprios ou em simplesmente ‘favelas’ sem a mínima estrutura. O que se pretende fazer é exatamente o inverso do que eles entendem. Daí a necessidade de se realizarem reuniões com essas famílias para informá-las e conscientizá-las dos benefícios que o programa trará para sua qualidade de vida”.

O terreno para construção muitas vezes se torna também um problema a ser solucionado, pois em alguns casos a escolha do tipo de fundação adequada acaba custando um valor muito elevado.

5 A educação tecnológica no contexto da habitação social

O ato de construir envolve um conjunto imenso de fatores, que vai da tecnologia e materiais utilizados ao contexto social encontrado. Um projeto de habitação social demanda dos profissionais envolvidos na sua elaboração uma gama de conhecimentos, em todas as áreas as áreas do conhecimento. A fusão dos saberes tecnológicos com a responsabilidade social e ambiental resulta no perfil esperado do profissional responsável pela construção de obras destinadas a um publico de carência econômica.

A formação de um profissional nesse perfil se dá por etapas, e uma delas acontece na educação, no seu processo de formação acadêmica, tendo a instituição de ensino o crucial papel de preparar e direcionar seus estudantes para o mercado de trabalho, dando subsídios teóricos e práticos. Raven (1984) ressalta que é necessário esclarecer que o espaço educacional precisa oferecer oportunidades que estimulem a formação da competência para além das habilidades cognitivas, uma vez que a educação nos cursos da área tecnológica não deve se focar apenas ao repasse de conteúdo, mas precisa também trabalhar de forma a garantir ao aluno o espaço de pensar, ter consciência do que está fazendo e poder utilizar seu conhecimento da melhor forma, de acordo com exigências do mercado de trabalho.

A Resolução CNE 1.362/2001 traz que as tendências atuais vêm indicando na direção de cursos de graduação com estruturas flexíveis, permitindo que o futuro profissional a ser formado tenha opções de áreas de conhecimento e atuação, articulação permanente com o campo de atuação do profissional, base filosófica com enfoque na competência, abordagem pedagógica centrada no aluno, ênfase na síntese e na transdisciplinaridade, preocupação com a valorização do ser humano e preservação do meio ambiente, integração social e política do profissional.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Mas qual a relação entre o curso de graduação e habitação social? Em um projeto de qualquer natureza, levam-se em consideração muitos fatores, que exigem muitos conhecimentos do profissional, produto de sua formação. A habitação de interesse e objetivo social não é diferente, nos projetos das edificações são levantadas todas as características dos futuros moradores, para que tudo seja feito em conformidade com a realidade local. Assim, ressalta-se a importância da boa formação profissional.

Tratando-se do curso de Engenharia Civil da UFPB, este tem como objetivo formar um profissional apto para a concepção, o planejamento, o projeto, a execução ou implantação, a operação, a manutenção e o controle das edificações em geral e das infra-estruturas, sistemas de transportes, recursos hídricos e saneamento, sob a égide dos preceitos de economicidade, segurança, durabilidade e respeito ao meio ambiente. Oferecendo ao mercado de trabalho um profissional dotado de formação de forma a realizar e coordenar projetos nas áreas de Construção Civil, Estruturas, Materiais, Geotecnia, Transportes, Hidrotecnia, Saneamento, Meio Ambiente e Engenharia Legal, preparar orçamentos e planejamentos de obras, coordenar, controlar e fiscalizar obras nas áreas referidas anteriormente.

Fazendo uma análise comparativa dos componentes curriculares do curso de Engenharia Civil da UFPB e das áreas de conhecimentos necessárias para o engenheiro desempenhar adequadamente suas funções no desenvolvimento de projetos sociais, verifica-se que o curso oferece praticamente o conteúdo básico utilizado nesta atividade. No entanto, ainda existem lacunas no curso em relação às áreas de ciências sociais e humanidades. Identificou-se ainda a necessidade de se ampliar o leque de disciplinas optativas que permitam uma maior flexibilidade e adequação dos estudos do aluno a demanda local, como exemplo, a oferta de disciplinas relacionadas com legislação ambiental e programas habitacionais.

Quadro 1 – Matriz curricular do Curso de Engenharia Civil/UFPB (CEC/UFPB) versus os conhecimentos necessários ao desenvolvimento de projetos de habitação social (DPHS)

Conhecimentos utilizados no DPHS	Componentes curriculares CEC/UFPB	Lacunas encontradas
Conhecimento na área social: hábitos e necessidades da população; portadores de necessidades especiais.	Sociologia do Trabalho; Psicologia do trabalho; Metodologia de pesquisa científica; Pesquisa aplicada à engenharia.	Metodologia de pesquisa social; Legislação sobre portadores de necessidades especiais.
Conhecimentos na área ambiental	Ciências do ambiente; Topografia; Geologia aplicada à engenharia; Gestão de resíduos sólidos urbanos.	Gerência de riscos; Legislação Ambiental
Conhecimentos na área técnica	Desenho técnico e arquitetônico; Materiais de construção I e II; Mecânica Geral e Isostática; Resistência dos Materiais I e II; Análise e planejamento de transportes; Sistemas de esgoto e drenagem; Eletrotécnica.	Processos e métodos de proteção ambiental.
Conhecimentos na área de legislação e outros aspectos econômicos específicos a área de habitação social	Administração de empresas; Avaliação e perícia de engenharia.	Programas nacionais para habitação social; Sistema financeiro de habitação



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Destaca-se, ainda, a necessidade de se adotar práticas pedagógicas que estimulem as seguintes habilidades e atitudes do engenheiro civil:

- Trabalhar em equipe;
- Comunicar-se e estabelecer relações funcionais com os vários intervenientes do projeto – usuários, projetistas, governo executor, governo legislador e fiscalizador, bancos financeiros;
- Ter iniciativa e sensibilidade técnica e social para a intervenção nas áreas de interesse social.

6 Considerações finais

Na composição deste artigo, se focou a habitação social, não somente na ação técnica da construção das obras, mas também em todos seus condicionantes sociais encontrados antes, durante e após sua execução. Tais condicionantes exigem habilidade e sensibilidade de quem se propõe a fazer um projeto de habitação de interesse social, tarefa que demanda cuidado por lidar diretamente com as relações humanas, trabalhando com a possibilidade de encontrar incompatibilidades, decorrentes das falhas do projeto que não deixam de existir.

Tratar de um tema tão amplo como a habitação social torna-se complexo à medida que o aprofundamento das discussões pode tomar rumos na engenharia, bem como nos campos de estudo das ciências humanas. Daí se podem tomar indagações sobre a qualidade das habitações, padrão de qualidade para a região, tecnologia construtiva utilizada, satisfação do usuário etc.

As características climáticas da Paraíba são muito importantes em uma análise da satisfação do usuário, pois no projeto das habitações não são privilegiados materiais de construção que promovam uma melhoria no conforto das residências. Assim, vem uma pergunta: qual a qualidade da habitação pretendida? A qualidade das habitações não está no nível de sofisticação dos materiais, mas no comprometimento dos engenheiros e arquitetos em conceber às famílias um ambiente confortável e saudável.

Definido o padrão de qualidade para uma habitação digna, supracitado, exige-se que os profissionais que trabalhem na sua concepção e execução sigam estes parâmetros. Para tanto, a garantia da capacitação desses profissionais está em sua formação acadêmica, e também a experiência adquirida. Contudo, muitas lacunas são encontradas nos currículos dos cursos de graduação da área tecnológica quando relacionados com o perfil profissional discutido.

O curso de engenharia da UFPB já passou por modificações em sua estrutura curricular, no entanto esta modificação não foi suficiente para suprir a necessidade de certas disciplinas que visem o trabalho com outros departamentos da universidade para complementar à formação do engenheiro que deseje atuar nos empreendimentos de interesse social. Portanto, o perfil do engenheiro será um profissional que saiba trabalhar com equipes interdisciplinares, psicólogos, assistentes sociais, arquitetos etc., assim não se exige que o engenheiro adentre em áreas que são de sua alçada, mas que haja tenha habilidade de trabalhar em grupo com diferentes opiniões.

O profissional em engenharia necessita de conhecimentos que contemplem suas futuras atuações no mercado trabalho, assim, é de suma importância que o curso de graduação,



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

através da flexibilidade dos seus componentes curriculares, estimule a formações de profissionais críticos da realidade social, econômica, ambiental e proponha soluções para sua melhoria.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa realiza diversos projetos compreendendo todas as localidades da cidade, vistas as necessidades de cada uma, dirigidas pelo *déficit* habitacional encontrado. O governo municipal conta com projetos em andamento e outros já entregues pela Secretaria Municipal de Habitação Social.

O estudo foi realizado no domínio municipal, mas esses programas que financiam os projetos de habitação social da prefeitura de João Pessoa, como o Programa Habitar Brasil/ BID, Programa Crédito Solidário, Programa de Carta de Crédito – CCFGTS, entre outros, dão apoio aos demais projetos em todo território nacional, todos com o objetivo de minimizar a carência de habitações, e recuperação de áreas com moradias impróprias. Todos os projetos de habitação sejam dirigidos pelo governo municipal, estadual ou federal, são mantidos pelos mesmos programas financiadores, encontrando-se elos entre eles. Pela experiência mostrada neste artigo, compreende-se que a realidade brasileira não foge muito daquela encontrada em João Pessoa, em diferentes proporções de distribuição, mas com os mesmos problemas e dificuldades.

Por fim, ressalta-se a necessidade de adequação dos currículos dos cursos da área tecnológica para uma formação mais completa dos seus egressos. Os futuros engenheiros e tecnólogos devem receber uma formação que os torne conhecedores da realidade social, para quem vejam além das normas técnicas e manuais de procedimento.

7 Referências Bibliográficas

- BARATO, J. J. *Educação profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho?*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- BOCHNIAK, R. *Formação de professores, novas tecnologias, interdisciplinaridade e pesquisa: algumas questões que se apresentam aos sujeitos da história, na atualidade*. In: QUELUZ, A. G. *Interdisciplinaridade: Formação de profissionais da educação*. São Paulo: Pioneira, 2000.
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 2ª Ed. São Paulo: Estação da Liberdade/FAPESP, 1998.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *CNE/CES 1362/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia*. 2001.
- TRIANA FILHO, A. *Habitação Popular no Brasil: análise do modelo operacional de financiamento pelas agências oficiais*. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2006.
- GIOSTRI, E. C. *As diretrizes curriculares e a polêmica do ensino por competências*. ABENGE, Revista de Ensino de Engenharia, Vol. 23, Dezembro de 2004.
- GOIS Jr., E. *Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos*. Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador, Campinas/SP, 2007.
- GOMES, D. O. *Relatório de Estágio Supervisionado na SEMHAB*. UFPB, João Pessoa, 2007.
- GOVERNO MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. *Plano Diretor de João Pessoa*. 1994.
- GUIMARÃES, E. N.; LESSA, S. N. *Habitação social e desenvolvimento: abrangência das políticas públicas*



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

em montes claros. Anais do Colóquio Internacional (Des)envolvimentos contra a pobreza – Mediações teóricas, técnicas e políticas. Montes Claros/MG, 2008.

MARINS, P. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: SEVCHENKO, N. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, Vol. 3, 1998.

RAVEN, J. *Competence in Modern Society. Its identification, development and release*. London: H. K. Lewis & Co Ltd, 1984.

SCHWARTZMAN, S. *A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica*. Instituto de Estudos do trabalho e Sociedade, Janeiro de 2005.

SOARES, C. *O pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil: (1850-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.